
Pobreza menstrual: uma realidade entre estudantes da Educação Básica em Belém/PA?

Menstrual poverty: a reality among Basic Education students in Belem/PA?

Agatha Gabrielle Campos dos Santos

Técnica em Saneamento. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Belém. **Endereço:** Passagem Paulo Assunção, 400, Icuí-Guajará, Ananindeua/PA. **E-mail:** agatha.gabi08@gmail.com.

Amanda dos Santos Braga

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Belém. Técnica em Saneamento.

Rafael Gouveia Alcântara

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Belém. Técnico em Saneamento.

Vinicius Conrado Alcântara

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Belém. Técnico em Saneamento.

Cezarina Maria Nobre Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Belém. Doutora em Ciências em Saúde Pública. Professora e pesquisadora.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo avaliar as condições de acesso das pessoas que menstruam e que frequentam a Educação Básica a sanitários/banheiros seguros e a itens de higiene no ambiente escolar; e identificar sua percepção acerca da menstruação e da importância da água, durante o período menstrual. Com o uso de um roteiro de inspeção dos banheiros/sanitários escolares e de perguntas que nortearam uma entrevista com 22 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, matriculadas em uma escola estadual localizada em Belém/PA, verificou-se que a pobreza menstrual é uma realidade entre as estudantes entrevistadas. O quadro de pobreza menstrual identificado é marcado: 1) pela falta de acesso à água (na área de banho e nos lavatórios onde há torneiras sem funcionamento) e a absorventes higiênicos e sabonete; 2) pelas intercorrências de falta de papel higiênico e de limpeza nos banheiros/sanitários.

Palavras-chave: Pobreza menstrual. Instalações hidrossanitárias. Água. Escolas. Belém do Pará.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the access of people who menstruate and who attend Basic Education to safe toilets/bathrooms and hygiene items in the school and to identify their perception about menstruation and the importance of water during the menstrual period. Using an inspection guide for schools toilets/bathrooms and an interview with 22 students in 5th year of Fundamental School, located in Belem/PA, it was found that menstrual poverty is a reality among the students interviewed. The menstrual poverty identified is marked by: 1) the lack of access to water (in the bathing area and in the in the bathroom where there are non-functioning taps) and to sanitary pads and soap; 2) due to the lack of toilet paper and cleaning in the toilets/bathrooms.

Keywords: Menstrual poverty. Hydraulic and sanitary facilities. Water. Schools. Belém of Pará.

INTRODUÇÃO

Desde 2014, a Organização das Nações Unidas considera o acesso à higiene menstrual como uma questão de saúde pública e de direitos humanos (BRASIL, 2020).

Na Agenda 2030, por meio da qual foram propostos, por essa instituição, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consta o ODS 6, que se refere à água limpa e ao esgotamento sanitário. Especificamente, tal ODS dá especial atenção às necessidades das mulheres quanto à higiene e à *pobreza menstrual* (ONU, 2015).

A pobreza menstrual, também chamada de precariedade menstrual, é definida como sendo a situação de precariedade e vulnerabilidade econômica e social à qual bilhões de pessoas menstruantes (mulheres, meninas, homens transexuais e pessoas não binárias) estão submetidas (ASSAD, 2021) no mundo, e que se manifesta por meio (UNICEF, 2021):

1. da falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual, tais como absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais, etc., além de papel higiênico e sabonete, entre outros;
2. de questões estruturais como a ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos);
3. da falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ou carência de serviços médicos;
4. da insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais;
5. de tabus e preconceitos sobre a menstruação, que resultam na segregação de pessoas que menstruam de diversas áreas da vida social;
6. de questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde;
7. de efeitos deletérios da pobreza menstrual sobre a vida econômica e o desenvolvimento pleno dos potenciais das pessoas que menstruam.

Segundo Rocha *et al.* (2022), a pobreza menstrual é encontrada em todo o mundo, mas apresenta-se de acordo com as particularidades de cada região específica. Afeta, de maneira preponderante, os países

economicamente mais vulneráveis.

Em termos globais, uma em cada 10 meninas falta às aulas durante o período menstrual (UNICEF, 2021). No Brasil, essa proporção é maior, pois uma entre quatro estudantes já passou por essa restrição, por não dispor de absorventes.

Observa-se que o problema afeta pessoas jovens, uma vez que a menarca, entre as menstruantes brasileiras, em média, ocorre aos 13 anos de idade, sendo que quase 90% delas passam por essa experiência entre 11 e 15 anos de idade (UNICEF, 2021). Isto significa que a falta às aulas contribui, por exemplo, para privá-las de vivenciar plenamente esse importante período de suas vidas para socialização, formação de laços e conhecimento do mundo (BRASIL, 2022).

O estudo realizado pelo UNICEF, dentre outras contribuições para a compreensão da pobreza menstrual no Brasil, caracteriza quantitativamente o problema por região geográfica, informando que:

- na região Norte, o percentual de meninas sem acesso a banheiro em suas escolas chega a quase 8,4%;
- quatro meninas da região Norte, para cada menina do Sudeste, estudam em escolas que não possuem separação de banheiros por gênero;
- o risco relativo de uma menina da região Norte não ter a sua disposição papel higiênico nos banheiros das

escolas em que estudam é 271% a mais que uma menina do Sudeste.

Com o fim de contribuir para ampliar o conhecimento a respeito na Amazônia, com destaque para o município de Belém, uma vez que nenhuma referência a estudos similares locais foi encontrada em busca realizada nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, propõe-se o presente estudo, que parte, então, da seguinte pergunta: a pobreza menstrual se manifesta no município de Belém entre estudantes da Educação Básica?

Objetiva-se, com ele: 1) avaliar as condições de acesso das pessoas que menstruam e que frequentam a Educação Básica a sanitários/banheiros seguros e a itens de higiene no ambiente escolar; 2) identificar a percepção das pessoas alvo do estudo acerca da menstruação e da importância da água, durante o período menstrual.

Nas seções seguintes estão apresentadas a metodologia empregada, os resultados obtidos e sua discussão e as considerações finais.

METODOLOGIA

Este estudo integra uma abordagem qualitativa e quantitativa do objeto, conforme referem VÍCTORA, Kanauth e Hassen (2000).

Foi selecionada uma instituição escolar da Educação Básica, localizada em Belém, buscando-se realizar contato prévio com sua direção e corpo docente,

a fim de obter-se a autorização para o acesso da equipe de pesquisadores às pessoas menstruantes matriculadas.

Para alcançar o objetivo específico 1 (avaliar as condições de acesso das pessoas que menstruam e que frequentam a Educação Básica a sanitários/banheiros seguros e a itens de higiene no ambiente escolar), foi utilizado um roteiro de inspeção.

Tal instrumento possibilitou a avaliação do acesso a sanitários/banheiros seguros e separados por gênero, a identificação do tipo de cabine neles existente (única ou múltiplas), as condições de ventilação e iluminação, a disponibilização de água, de papel e absorventes higiênicos e de sabonete, além do estado de conservação e limpeza das instalações.

Quanto ao objetivo 2 (identificar a percepção das pessoas alvo do estudo acerca da menstruação e da importância da água, durante o período menstrual), foi realizada entrevista, em meio a diálogo informal, com tais pessoas, tendo-se solicitado que comentassem sobre o que é, para elas, a menstruação e qual a importância que atribuem à água durante o período menstrual.

Destaca-se que o estudo respeitou os preceitos da Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que trata de pesquisa envolvendo seres humanos, levando em consideração, também, os pressupostos contidos na Resolução nº 466/2012/CONEP.

No momento da abordagem de cada participante, foram prestados

esclarecimentos a respeito da pesquisa, assim como seus riscos, benefícios e o caráter sigiloso assegurado a sua identidade (identificação por números garantindo seu anonimato). Por se tratar de pessoas que ainda não haviam alcançado a maioridade, sua participação foi condicionada à autorização expressa de seu responsável legal, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Pela proximidade do Campus do IFPA e pela pronta receptividade oferecida à demanda dos pesquisadores, foi selecionada para a realização deste estudo uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio cujo nome não será revelado de modo a assegurar a confidencialidade da identidade das entrevistadas.

Entre os meses de outubro a dezembro de 2022, os pesquisadores tiveram acesso às turmas do 5º Ano do Ensino Fundamental, turnos matutino e vespertino, perfazendo um total de 22 alunas, às quais foi endereçado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aos cuidados da professora responsável pelas turmas.

Relativamente ao objetivo 1, verificou-se que os sanitários/banheiros são separados por gênero.

Os três sanitários/banheiros destinados para o uso feminino:

- dispõem de cabine única (33%; n=1) e cabines

- múltiplas (66%; n=2);
- não dispõem de área de banho em funcionamento (100%; n=3);
- são ventilados e com iluminação adequada (100%; n=3);
- asseguram acesso à água (100%; n=3) nas torneiras que estão em funcionamento;
- disponibilizam papel higiênico (100%; n=3);
- não disponibilizam absorventes higiênicos e sabonete (100%; n=3);
- apresentam-se em bom estado de conservação (100%; n=3);
- apresentavam, no momento da inspeção, diferentes condições de limpeza: boa (33%; n=1); precária (33%; n=1); péssima (33%; n=1).

Tendo em vista o estudo do UNICEF (2021), estes dados revelam que as menstruantes da escola em estudo, em Belém:

- não fazem parte do grupo que compreende 8,4% das estudantes da região Norte que não têm acesso a banheiros na escola;
- não estão dentro da proporção de uma menina do Sudeste para quatro do Norte que não têm banheiros separados por gênero na sua escola;
- não estão sob risco relativo 271% maior que as meninas

do Sudeste quanto a não ter acesso a papel higiênico nos banheiros escolares.

Contudo, não é possível, ainda assim, considerar que são plenamente adequadas as condições dos banheiros/sanitários que as menstruantes utilizam em sua escola, uma vez que eles deveriam:

- oferecer mais acesso à água se a área de banho e todas as torneiras estivessem em funcionamento;
- dispor de absorventes higiênicos e sabonete;
- dispor de papel higiênico sem intercorrências de falta;
- apresentar sempre condições de limpeza.

Assim sendo, considera-se que tais achados sinalizam para a ocorrência de pobreza menstrual entre as entrevistadas, o que deverá ser objeto de atenção das autoridades escolares e da gestão educacional do governo do Estado.

Uma providência para a superação desse quadro – ainda que parcial, uma vez que não apresenta solução para todos os problemas identificados – já foi tomada e diz respeito à recém-aprovada Lei Estadual nº 10.047, de 6 de setembro de 2023, que institui o Programa *Dignidade Menstrual nas Escolas*, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) (PARÁ, 2023a).

De acordo com o que estabelece o Programa, as escolas estaduais

deverão adquirir produtos relacionados à higiene menstrual para as pessoas que menstruam, em consonância com diretrizes definidas pela SEDUC, a quem caberá a execução do Programa mediante a celebração de contratos, convênios e parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública, assim como com pessoas jurídicas.

Para a operacionalização do Programa, o Conselho Escolar de cada escola poderá receber transferência direta de recursos, conectando-se e beneficiando-se do que está previsto em outra política estadual: o *Programa Dinheiro na Escola Paraense*, criado pela Lei Estadual nº 9.978, de 6 de julho de 2023 (PARÁ, 2023b).

É importante destacar a relevância do Programa, mas também questionar a distribuição de absorventes higiênicos como solução, especialmente dos que contêm plástico para evitar vazamentos, uma vez que são conhecidos os impactos ambientais decorrentes de seu uso em larga escala (MOLLE E SANTANA, 2020).

Quanto ao objetivo 2 (identificar a percepção das pessoas alvo do estudo acerca da menstruação e da importância da água, durante o período menstrual), observa-se, de acordo com os resultados, que as entrevistadas:

- associam a menstruação ao sangue (32%; n=7), ao desconforto causado pela dor/ cólica (27%; n=6) e à passagem da infância para a adolescência (“se tornar mocinha”) (23%; n=5);
- consideram a água

importante para sua higiene no período menstrual (91%; n=20), sendo que as demais (9%; n=2) não souberam responder.

Relativamente à menstruação, tais achados estão em linha com o que relatam Brêtas *et al.* (2011) e Menegotto (2022) em seus estudos realizados sobre a temática entre meninas de escolas de Embu das Artes/SP e meninas da periferia de Porto Alegre/RS, respectivamente.

No que tange à importância da água para higiene menstrual, observa-se que a maioria das entrevistadas reconhece, o que está em consonância com o que a ciência médica informa e comprova e que é ratificado em diversos estudos (CASSIMIRO *et al.*, 2022) e pelo ODS 6, ao destacar o acesso a saneamento e higiene adequados, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas (ONU, 2015).

O fato de que duas entrevistadas não souberam se posicionar a respeito sinaliza para a necessidade da realização de ações educativas correlatas na escola, a fim de esclarecer acerca de algo tão relevante para a saúde feminina.

Ao encontro dessa necessidade, cabe destacar a importância do Programa *Dignidade Menstrual nas Escolas* (PARÁ, 2023a), já referido, que prevê a promoção do acesso à informação sobre saúde e higiene menstrual, por meio de ações e/ou campanhas educativas.

Além disso, o Programa também

prevê:

- especializar profissionais da educação da rede pública estadual nos temas relativos à saúde da mulher, pobreza menstrual e suas consequências no contexto educacional;
- construir canais de comunicação nas unidades escolares, por meio dos profissionais da educação, a fim de garantir uma rede de apoio às pessoas que menstruam.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo indicam que a pobreza menstrual é uma realidade entre as estudantes da Educação Básica matriculadas na EEEFM em estudo, em Belém/PA.

Tal ocorrência, nesse caso, caracteriza-se não pela falta de acesso a banheiros na escola, devidamente separados por gênero, ou de papel higiênico. Trata-se, de fato, de algo menos severo, ao comparar-se com outras realidades, mas que, ainda assim, impõe condições limitantes aos direitos menstruais das pessoas menstruantes matriculadas.

O quadro de pobreza menstrual em questão é marcado: 1) pela falta de acesso à água na área de banho e nos lavatórios onde há torneiras sem funcionamento e a absorventes higiênicos e sabonete; 2) pelas intercorrências de falta de papel higiênico e de limpeza nos banheiros/

sanitários.

Relativamente à percepção das entrevistadas sobre o que vem a ser a menstruação, observou-se que é coincidente com a apresentada por meninas de outras realidades brasileiras: associação com o sangue, o desconforto pela dor e o amadurecimento físico designado pela expressão “se tornar mocinha”.

Destaca-se também o reconhecimento apenas majoritário (e não unânime) da importância da água para a higiene menstrual, o que revela a necessidade de ações educativas sobre saúde menstrual na escola.

Para a superação desse quadro, considera-se extremamente relevante a implantação do Programa *Dignidade Menstrual nas Escolas*. Contudo, essa iniciativa não é suficiente, uma vez que o Programa contempla somente uma parte do problema: a disponibilização de absorventes higiênicos. Tal medida, inclusive é questionável, tendo em vista os impactos ambientais causados por absorventes que contêm plástico.

Recomenda-se a extensão da pesquisa em outras escolas e a ampliação de seu escopo, de modo a investigar a incidência de pobreza menstrual no ambiente residencial das pessoas menstruantes, seu conhecimento e autopercepção a respeito, dentre outros interessantes desdobramentos que o tema enseja.

REFERÊNCIAS

ASSAD, B. F. Políticas públicas acerca

da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Recomendação nº 21**. Recomenda ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, a criação de um marco legal para superar a pobreza menstrual e a garantia de isenções de impostos de produtos. 2020.

BRASIL. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Senado Notícias**. 2022. Acesso em: 08 jun. 2022. Disponível em: O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas — Senado Notícias.

BRÊTAS, J. R. S; TADINI, A. C; FREITAS, M. J. D; GOELLNER, M. B. Significado da menarca segundo adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**. v.25, n.2; p. 249-55. 2012.

CASSIMIRO, J. C.; CRUZ, B. C. P.; MOREIRA, C. B; SANTOS, M. C. T; PEIXOTO, M. C. Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 5181-5193. 2022.

MENEGOTTO, J. M. Experiências menstruais de meninas adolescentes

da periferia de Porto Alegre. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRS. Porto Alegre. 2022.

MOLLE, N; SANTANA, R. M. C. Estudo comparativo do impacto ambiental dos produtos íntimos femininos reutilizáveis e descartáveis, externos e internos. **Forum Internacional de Resíduos Sólidos. Anais**. Porto Alegre. Disponível em: <https://institutoventuri.org/ojs/index.php/FIRS/article/view/91>. Acesso: 13 out. 2023.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). A/RES/70/1. Resolución aprobada por la Asamblea General el 25 de septiembre de 2015. **Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. 2015.

PARÁ. Lei nº 10.047. **Cria o Programa Dignidade Menstrual nas Escolas, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)**. 2023a.

PARÁ. Lei nº 9.978. **Cria o Programa Dinheiro na Escola Paraense, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)**. 2023b.

ROCHA, I. C; SÁ, M. M; NASCIMENTO, D. C. M; RODRIGUES, J. G; SILVA, V. C. A; SHIRAISHI, L. S; SANTOS, A. C. Y. M. B; TRIVELIN, M. L. O. A. A. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.2, p. 10704-

10714. 2022.

UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. UNICEF/UNFPA, 2021.

VÍCTORA, C. G; KANAUTH, D. V; HASSEN, M.N.A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Tomo Editorial. 2000.